

## **Internet e mídia independente no movimento do audiovisual paraibano: o uso de dispositivos midiáticos digitais na comunicação e elaboração de estratégias contra-hegemônicas<sup>1</sup>**

Kleyton Jorge CANUTO<sup>2</sup>

Juciano de Sousa LACERDA<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

### **RESUMO**

Este artigo tem como tema o movimento do audiovisual paraibano e sua apropriação dos dispositivos midiáticos digitais para otimizar suas estratégias de reivindicação de demandas para o setor e de que maneira esse movimento contribui para a mídia independente paraibana. Nossa proposta é apresentar uma reflexão teórica sobre as potencialidades de uso de dispositivos midiáticos digitais pelos movimentos sociais no contexto da contra-hegemonia, além de fazer um preâmbulo descritivo sobre o Movimento do Audiovisual da Paraíba e seu contexto na mídia independente. O trabalho é fruto de um projeto de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN).

**PALAVRAS-CHAVE:** Audiovisual; movimentos sociais; mídia independente; internet; contra-hegemonia.

### **INTRODUÇÃO**

Com a disseminação da internet a partir dos anos 1990, muito se falou sobre a quebra dos padrões tradicionais de comunicação e sobre uma pretensa revolução no campo da informação. Neste contexto, a internet desempenha, em tese, o papel de anular a tradicional dicotomia emissor/receptor e possibilitar canais informação e comunicação dialógicos, horizontais e eminentemente democráticos (LÉVY, 1999).

Sabe-se que a internet permitiu novas fronteiras de atuação dos movimentos sociais, fazendo com que as antes ‘vozes roucas’ abafadas pelas grandes mídias ganhassem novos espaços. A utilização de mídias digitais por esses movimentos sociais possibilitou

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT7 - GP Comunicação para Cidadania, do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN), integrante do Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq) email: [kleytonknuto@gmail.com](mailto:kleytonknuto@gmail.com)

<sup>3</sup> Prof. Doutor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Coordenador do Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq), e-mail: [juciano.lacerda@gmail.com](mailto:juciano.lacerda@gmail.com)

diferentes formas de transmitir informações e ofereceu canais de participação mais identificados com o espaço público (MORAES, 2008).

O movimento do audiovisual paraibano, vanguardista por sua história, a partir dos anos 2000, começa a utilizar dispositivos midiáticos digitais para a melhoria da articulação e comunicação de seus membros, aproximando entidades, efetivando uma participação pluralista na elaboração de táticas e estratégias de atuação, com uma postura contra-hegemônica em favor da democratização do acesso ao audiovisual local. Isso fortaleceu ações práticas desenvolvidas pelo movimento, como festivais, fóruns, mobilizações, criação de novos espaços para exibição, qualificação técnica, crescimento na produção de curtas metragens.

No entanto, deve-se escapar da armadilha que consiste em exaltar as qualidades de um meio que aparentemente possibilita a democratização plena da informação e alça o ativismo social para níveis antes inimagináveis (SFEZ, 1999). Por outro lado, é igualmente ingênuo demonizar internet como um meio que distancia fisicamente as pessoas, aliena os usuários (LACERDA, 2001) ou permite todo tipo de “falsificação” das notícias. O fato é que este é um campo de estudos muito recente, e a internet, como toda tecnologia, depende da significação que lhe é socialmente atribuída.

Nesse sentido, contextualizando o objeto em estudo, algumas questões emergem. Como as entidades que fazem parte do Movimento do Audiovisual Paraibano se apropriam das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) em suas ações afirmativas, contribuindo para a configuração de uma Mídia Independente paraibana? Para obter uma resposta minimamente coerente para que possibilite um prosseguimento em nossa pesquisa é necessário elucidar outras prerrogativas norteadoras a fim aperfeiçoar a composição de nosso pensamento. Sendo assim, emergem outros questionamentos que exigem um aprofundamento no tema. Como o movimento do audiovisual paraibano se apropria das TIC's para reivindicar suas demandas? Quais são as TIC's utilizadas pelo movimento e como se opera a sua dinâmica de debate? De que forma o movimento do audiovisual paraibano colabora com a cidadania cultural? Como as discussões no âmbito virtual podem resultar em ações práticas sociais como os festivais, fóruns políticas públicas voltadas na área? E que nível as ações do movimento do audiovisual paraibano contribui com a chamada democratização da informação?

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado fase inicial, cujo objetivo é responder aos questionamentos levantados acima, através do estudo das entidades que

compõe o movimento de audiovisual paraibano e que se utilizam da internet como ferramenta de reivindicação de suas demandas, articulação de atividades e políticas, como forma de estabelecer um canal direto com seu público alvo, ou ainda como maneira de divulgar e publicizar suas ações para o meio cibernético em geral. No presente artigo não pretendemos ainda responder as questões acima, mas esboçar os principais referenciais teórico-metodológicos que orientam a análise do nosso objeto de estudo, apresentando-os para o debate coletivo.

### **Sociedade civil organizada, movimentos sociais e contra-hegemonia**

A sociedade civil organizada sempre desempenhou um papel de grande importância no cenário político de uma sociedade. Reivindicando em prol dos setores marginalizados pelas políticas públicas de estado e contrapondo as pressões dos setores privados dominantes, os movimentos sociais de caráter popular integram um dos pilares vitais para manutenção do sistema democrático (DAGNINO apud BURGOS, 2007).

Desde o estabelecimento dos estados democráticos modernos, a sociedade como um todo se via amparada pela a figura do estado como provedor e gerenciador dos direitos e políticas para toda população; além disso, tinha a arena política partidária, com seus órgãos competentes, como principal campo de formulação e deliberação de políticas para a sociedade.

Contudo, com o desnivelamento das demandas em relação a certos grupos ou a não satisfação com tais políticas, ora favorecendo a centralidade do estado ora favorecendo o controle de uma elite privada, emergiram contradições sociais que motivaram a parte excluída a se organizar através de ações coletivas em prol de suas reivindicações, criando um novo ator político: os movimentos sociais (FESTA, 1986, p. 11). Portanto, os movimentos sociais não são ações espontâneas, fruto do acaso, mas “têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe de poder, e postulam novos espaços sociais, ora através de confrontação ora por participação” (FESTA, 1986, p. 11-13).

Considerando isto, é válido ressaltar que os movimentos sociais nascem nas tensões entre classes sociais mediante a uma conjuntura de desequilíbrio de forças diante da hegemonia do Estado. O Conceito de hegemonia, trabalhado por Gramsci, remete o que está organicamente ligado ao Estado, perfaz pela relação também orgânica entre sociedade

política e sociedade civil, o que elevado ao longo do tempo a ser chamada de ‘espaço público não estatal’ (BURGOS, 2007, p. 128 -130) e dotada de caráter político legítimo.

Em oposição à ideia de hegemonia, se atribui o conceito de contra-hegemonia, em que essa oposição se manifesta no sentido restritivamente antagônico e não de substituição ao hegemônico, numa ideia de distanciamento ideológico pautado em ideais que geram uma constante ação e reflexão contundente ao *status quo* vigorado (PAIVA, 2008). Contudo, é preciso ter claro que há uma heterogeneidade de atores civis, e que, no seu cerne, inclusive, possam existir projetos nem tão civis muito menos democratizantes, configurando uma arena plural de lutas e conflitos (DAGNINO apud BURGOS, 2007).

Ao tratar da sociedade civil, sob influência do pensamento gramsciano, Moraes (2008) ressalta que nessa arena, atuam aparelhos autônomos do Estado que buscam estabelecer consenso seja para manutenção ou reversão dos padrões dominantes. O autor entende que a hegemonia não se reduz à força e coerção, mas é resultado de tanto de embates ente visões de mundo e valores no interior de uma sociedade, quanto das mediações de forças entre blocos sociais em determinado contexto histórico (MORAES, 2008, p. 40-41).

Os movimentos sociais se diferenciam da sociedade civil organizada, tanto pela não subordinação de uma pela outra, como também pelo fato de os movimentos sociais populares operarem na lógica da oposição e da contra-hegemonia, sendo uma das expressões mais dinâmicas de resistência (DOWNING, 2002). Enquanto isso, a sociedade civil organizada é composta, também, por entidades pró-hegemônicas, conservadoras e diretamente ligada às instituições de poder vigente, criando um jogo de disputa interna em que Scott irá chamar de *infrapolítica* (SCOTT in DOWNING, 2002).

Nesse contexto, os movimentos sociais utilizam as mais variadas estratégias para alcançar suas demandas e publicizar suas reivindicações ao conhecimento da população, bem como manter sua articulação interna (FESTA, 1986). Os veículos de comunicação alternativos se configuram entre as principais ferramentas de manifestação das demandas dos movimentos sociais populares, de esquerda e de cultura de oposição e fizeram com que ao longo da história estes movimentos se adaptaram as transformações midiáticas, estabelecendo o campo ao qual se denominou mídia independente e/ou alternativa (DOWNING, 2010).

### **Movimentos sociais e mídia independente e suas relações com internet**

Entre os instrumentos de atuação dos movimentos sociais ao longo dos tempos, os meios de comunicação são agentes propagadores e informativos do discurso destes, o que

se configuram como mídia independente ou alternativa, bem como dentre as demandas dos movimentos estão questões relativas à própria comunicação (FESTA, 1986; RAMOS, 2005).

Em primeiro lugar, o que vem a ser mídia independente ou mídia alternativa? Se empregarmos o conceito de Herman e Chomsky, mídia independente se caracteriza como “mídia informativa não corporativa, não estatal e não religiosa” (DOWNING, 2010, p. 52), embora não se exclua outros propósitos senão o informativo. Neste sentido, o conceito guarda semelhanças com a discussão sobre comunicação popular, comunitária e alternativa desenvolvida por Peruzzo (2010). A autora atribui a este tipo de comunicação um caráter civil popular, não governamental e não empresarial, e vem a elencar como suas principais características a ausência de fins lucrativos, a participação ativa e aberta e o tratamento de conteúdos que estão “em sintonia com a realidade local, ou com a comunidade de interesse a que se vincula” (PERUZZO, 2010, p. 4).

Em uma posição mais crítica, Downing questiona a assertiva ‘alternativa’ segundo a lógica de que uma coisa sempre é alternativa a algo. Prefere se referir a todo esse espectro, acrescentando outras definições de mídia contra-hegemônicas - a exemplo de mídia comunitária, mídia tática, mídia participativa, etc. – ao que ele denomina de “mídia dos movimentos sociais”, usando uma perspectiva plural, desprezando formatos, gêneros, alcances e finalidades, tendo um único ponto de confluência: o pouco ou não financiamento – em relação à mídia hegemônica - na sua elaboração e disseminação (DOWNING, 2012, p. 52).

Mesmo assim, nos inclinamos ao conceito de mídia independente de Herman e Chomsky, mas englobando também aspectos da comunicação comunitária e alternativa proposta por Peruzzo, a exemplo da presença de processos não hierarquizados e compartilhados de produção e difusão de mensagens e da propriedade coletiva. Tal escolha parte pela premissa de delimitação direcionada ao objeto, o que nos auxiliará na filtragem de componentes a serem estudado com esta definição. No entanto consideramos o questionamento de Downing, de maneira que o termo ‘alternativo’ venha a ser automaticamente relacionado ao termo ‘independente’.

Por fim se faz pertinente uma breve discussão sobre o papel desta mídia independente, sua atuação na internet e seu reflexo nos movimentos sociais. As mídias independentes, para Festa, se desenvolvem na mesma capacidade de articulação dos movimentos sociais, decorrentes do “processo político social e que, enquanto instrumentos, são capazes por si mesmos de alterar de forma substantiva a realidade social” (FESTA, 1986, p.30).

É possível ver uma relação entre internet e mídia independente na abordagem de Castells sobre o uso das redes por movimentos sociais contemporâneos:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela internet [...] Ela se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. E como encontraram nela seu meio apropriado de organização, esse movimento abriu e desenvolveu novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2003, p.114-115).

Esse potencial da internet como ferramenta de operação e debate, troca informativa e aproximação de identidades é elucidado por Moraes, onde:

Redes distinguem-se como sistemas organizacionais com estruturas flexíveis e colaborativas baseadas em afinidades, objetivos e temáticas comuns entre os integrantes, a partir da regra ou modalidade de convívio compartilhado (MORAES, 2008, p. 43).

Porém, na medida em que grupos se organizam através da internet, recorrem à utilização das interfaces propostas pelo sistema, encontram um certo desalinhamento, pois muitas ferramentas midiáticas foram pensadas com uma finalidade distinta aos propósitos dos grupos e coletivos. Assim, é preciso se dar um processo de apropriação, entendida como uma ação de re-ordenar (ou mesmo des-ordenar) a tecnologia em função dos interesses específicos do grupo, abnegando seu sentido original, ou como ilustra Lacerda e Maziviero, não se limitando àquilo que é da ordem de uso.

Assim, há uma trama, ligação, pacto, tensões e disputas entre aquilo que é da *ordem de uso* – o que é proposto, embutido, pré-determinado, codificado e estabelecido como finalidade dos produtos midiáticos, textos, mensagens[...] e tecnologias da informação e comunicação – e o que é da *(des)ordem da apropriação* – formas de uso marginal, margens de manobra, astúcias, bricolagens, maneiras de empregar, formas desviantes, palimpsestos, etc (LACERDA & MAZIVIERO, 2011, p. 7).

Ao relacionarmos estas definições ao panorama do audiovisual paraibano enquanto organização social que se articula por via das mídias digitais - entre elas redes sociais que possuem um intuito lúdico (a exemplo do *Facebook*) – deduzimos que venha a existir uma apropriação destas ferramentas para o uso de debates, fóruns, articulações e conversas informais que gerem estratégias e táticas em prol do movimento.

Por fim, não podemos descartar que o mesmo ambiente está sujeito a tensões e conflitos inerentes ao seu caráter plural e colaborativo. Visto que, mesmo nos microcosmos

dos coletivos, é notável também uma disputa hegemônica, onde pressupomos que o caráter e bem comum do movimento venha a prevalecer. Por esse motivo, acreditamos que a internet seja um campo frutífero e bem relacionado com as linhas de atuação dos movimentos sociais, otimizando suas ações.

### **Ciberespaço, socialidades e democracia: potencialidades e limites**

Em linhas gerais, o que diferencia a internet dos demais meios de comunicação, no seu caráter de fluxo de informação, é que enquanto a comunicação de massa (rádio, televisão, impressos) e a comunicação individual (correios e telefone) operam por um fluxo de informação “um para todos” ou “um – um” – atuando assim, por uma lógica de oferta e, subsequentemente, garantindo o controle da emissão –, a internet quebra essa ordem gerando processos que conectam usuários, criando um fluxo bi ou multidirecional de informação, ou seja, um modelo “muitos – muitos”, focado no acesso, que opera por uma lógica da demanda (WOLTON, 2007). Assim, em teoria, nas interfaces digitais, a participação, a produção e a disseminação de informações tornam-se mais ampliadas e plurais, estabelecendo um sentido prático ao conceito de comunicação. Ao mesmo tempo, é preciso considerar os desequilíbrios e assimetrias existentes entre os diferentes tipos de emissores/receptores, visto que a lógica do digital é binária, portanto, de inclusão/exclusão, velocidade/lentidão etc (LACERDA, 2010).

Como nos lembra Simmel (apud GARCIA, 2007) no entanto, o homem, apesar de possuir hoje a luz elétrica, esquece de que o essencial não é a luz em si, mas aquilo que ela torna mais visível. Neste sentido, é preciso olhar não apenas para como a tecnologia internet foi criada ou quais seus potenciais embutidos, mas também, e talvez principalmente, para as configurações sociais com as quais ela se relaciona. Talvez por isso Castells (2003, p. 258) enfatiza que a internet, além de tecnologia, é um meio de interação e organização social sobre o qual se baseia a sociedade em que vivemos, que ele chama de sociedade em rede. Esta perspectiva, da Rede para além de sua característica de ferramenta, abre interessantes debates.

Pierre Lévy (1999, p.63) afirma que o ciberespaço, no qual a internet se insere, “torna disponível um dispositivo comunicacional original, já que ele permite que as comunidades constituam de forma progressiva e de maneira cooperativa um contexto comum”. Para o autor, evidente entusiasta das NTCs (Novas Tecnologias de Comunicação),

a participação democrática e as formas de ação política foram definitivamente impulsionadas e redefinidas pela era digital; estruturas burocráticas e partidárias foram substituídas por organizações abertas, horizontais e dinâmicas, que tendem a ampliar a pressão da sociedade civil sobre as democracias representativas.

Dominique Wolton (2007, p. 96), por seu turno, alerta para a concepção que sustenta os novos serviços de informação, os quais seriam reflexo “menos de um esforço de democratização do que de uma especialização das informações em função dos diferentes meios solváveis”. Segundo o autor, ainda que o acesso a meios como a internet seja livre, o tipo de informação disseminada é especializada em função dos públicos e selecionada a partir do nível econômico e cultural. O risco, neste caso, é de que a posição social determine o nível da demanda por informação, impossibilitando, assim, uma atitude de questionamento e emancipação - o que leva Wolton (2007, p. 97) a afirmar que meios como jornais, rádios e televisão são mais democráticos, pois são “instrumentos de comunicação que atuam no universal e não no particular”<sup>4</sup>.

Um ponto de vista diferente sobre a organização comunitária diante das NTCs pode ser encontrado em Maffesoli (1998). Em sua discussão sobre o neotribalismo, o autor, embora não incorra diretamente no debate da internet, oferece chaves importantes de pesquisa. Para Maffesoli, a teoria social criou o paradigma da racionalidade ascendente nas sociedades modernas (tema presente, em diferentes formas, em Weber, Durkheim e Marx). Essas análises “insistiram tanto na desumanização, no desencantamento do mundo moderno, na solidão que este engendra, que não conseguem mais ver as redes de solidariedade que nele se constituem” (MAFFESOLI, 1998, p. 101). Nas sociedades contemporâneas surge um novo *ethos* que atende à necessidade de estar-junto, que atende às socialidades: fluidas, eletivas, comunitárias. A internet parece ser um terreno extremamente fértil para este tipo de experiência, na medida em que propicia, para os instruídos em sua técnica, um mundo onde nunca se está só: a Rede é seara de qualquer tipo de experiência coletiva, desde a organização dos novos movimentos sociais, como o ecoativismo, até manifestações preconceituosas e racistas, tão antigas quanto a própria cultura. Na perspectiva de Maffesoli, o neotribalismo “recusa reconhecer-se em qualquer projeto político, não se inscreve em nenhuma finalidade e tem como única razão de ser a

---

<sup>4</sup> A título de observação, podemos responder à assertiva de Wolton (2007, p. 102) segundo a qual a internet não é, essencialmente, uma mídia, mas “um formidável sistema de transmissão e de acesso a um número incalculável de informações”, afirmando que ainda que assim seja, isso não impede que a Net esteja permeada por mídias, inclusive mídias independentes. Este debate poderá desenvolver-se em reflexões ulteriores nesta pesquisa sobre o significado da internet e a recontextualização da democracia perante esse meio.

preocupação com um presente vivido coletivamente” (1998, p. 105). Em oposição ao *social*, onde o indivíduo desempenha uma função na sociedade, segue uma estratégia, através de um partido, classe ou grupo estável, a *socialidade* implica na dispersão do projeto político mediante um sujeito-ator, que muda de pretensões e ações a depender do papel que deseja desempenhar no teatro-mundo.

A internet se apresenta como um território onde ações políticas eficazes e comunidades efêmeras e sentimentais podem coexistir. Há um consenso entre os teóricos do tema, mesmo os mais entusiastas, que a técnica não basta para garantir a democracia da comunicação. A ampliação dos espaços democráticos concorre, entre muitos outros fatores, com a crescente privatização das informações, de modo que as potencialidades do instrumento nesta direção ainda não foram plenamente exploradas.

Atualmente, a internet se caracteriza como uma plataforma para atuação dessas mídias, por seu fácil alcance e possibilidade de uma comunicação de muitos para muitos, configurando a rede como principal instrumento de luta e apelo das demandas dos movimentos sociais. Seu ‘ecossistema digital’, descentralizado, de utilização simultânea e múltiplos emissores permite uma variedade de usos e experiências de produção e difusão de conteúdos diferenciados e alternativos à mídia pragmática (MORAES, 2008). Esse panorama se estabeleceu em grande parte do planeta, a ponto de entidades como a UNESCO – braço das Nações Unidas responsável pela ciência, educação e cultura – se inclinarem a pesquisar e estudar o mundo virtual e suas potencialidades (PASQUALI, 2005; RAMOS, 2005), redimensionando as relações sociais e de poder a outro patamar.

Considerando o panorama brasileiro, diversos movimentos utilizam e se apropriam das mídias digitais e da plataforma da web. Para uns, como campo de atuação discursiva e produção de conteúdo – a exemplo do CMI<sup>5</sup> (Centro de Mídia Independente) e do portal Intervozes<sup>6</sup> –, para outros, como ferramenta de organização interna e canal de diálogo com a população. O crescimento do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC’s)<sup>7</sup> permite uma evidência maior na atuação destes movimentos, assim como uma audiência mais ativa, variada com caráter participativo e colaborativo (DOWNING, 2002), mediante a dinâmica de cada movimento social e suas entidades.

---

<sup>5</sup> <http://www.midiaindependente.org/>

<sup>6</sup> <http://www.intervozes.org.br/>

<sup>7</sup> Dados do Comitê Gestor da internet no Brasil apontam para uma base de 38% da população com acesso a internet (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2012) <http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-geral-04.htm>

No estado da Paraíba não é diferente. Sites das mais variadas categorias e finalidades de interesse sociocultural compõem uma frente paralela de informação e comunicação ante as chamadas mídias oficial (estado) e hegemônica (privado), criando uma mídia independente e alternativa, se apropriando das mídias digitais como ferramentas de articulação, debate e ação tática para galgar novos campos de atuação, propor políticas de interesse coletivo e almejar uma cidadania cultural efetiva (LACERDA, 2012).

### **O movimento audiovisual paraibano e sua articulação com a internet**

Nossa pesquisa prioriza entidades que utilizam dispositivos midiáticos de informação, participação e colaboração inseridas nas características da comunicação alternativa e comunitária; seja devido ao conteúdo das interpretações expostas, que divergem daquelas contidas em sites subordinados a grandes empresas midiáticas, oferecendo informações geralmente não encontradas nestes últimos; seja devido à proposta do uso da internet, que em linhas gerais se relaciona à criação de redes de solidariedade e à efetivação de demandas sociais, políticas e culturais. De algum modo fora da ideia de vendas e da espetacularização, tais iniciativas afastam-se da lógica mercadológica dominante – sejam as redes de televisão, as produtoras comerciais ou aos conglomerados de cinema – e se apresentam como alternativas à esta racionalidade produtiva. São iniciativas que acabam por atender, em tese, à persistência de visões de mundo diferentes daqueles difundidos na “grande mídia”, oferecendo uma alternativa a sociedade, bem como manter a circulação do produto audiovisual local. Neste sentido, cada entidade analisada, cada uma a seu modo, dialoga com a discussão da democratização da informação através da internet.

A forma como os dispositivos midiáticos digitais se organizam (aspecto fundamental num meio digital, na medida em que pode abrir espaços de emissão para o receptor) pode lançar luz sobre quanta voz é efetivamente dada aos “de fora”, quanto se abre para a participação e para a comunicação dos visitantes. São relevantes elementos como intervenções abertas a toda comunidade ou restrita a membros, potencialidades de ações colaborativas e o alcance das ações e discussões empreendidas, passíveis de detecção através da comunidade virtual.

O processo de pesquisa aqui desenvolvido guarda semelhanças com o conceito de Netnografia, ou Etnografia Digital, desenvolvido por Robert Kozinets. Segundo o autor, a Etnografia Digital consiste numa

descrição escrita resultante do trabalho de campo que estuda as culturas e comunidades *on-line* emergentes, mediadas por computador, ou comunicações baseadas na internet, onde tanto o trabalho de campo como a descrição textual são metodologicamente conduzidas pelas tradições e técnicas da Antropologia cultural (KOZINETS apud CERQUEIRA, 2010, p. 36).

Kozinets indica as seguintes etapas de pesquisa: *entrée* cultural (definição de objetivos, grupos, tópicos e espaços a serem estudados), coleta e análise de dados, ética de pesquisa (identificação do pesquisador perante os sujeitos investigados) e *feedback* (apresentação de relatório final aos membros dos grupos) (KOZINETS apud CERQUEIRA, 2010). Pretendemos seguir as etapas de pesquisa sugeridas pelo autor, com o acréscimo – como já indicado anteriormente – de entrevistas presenciais com administradores, colaboradores e usuários de alguns sites selecionados.

No que se refere ao contexto paraibano, faz-se necessário compreender que o movimento de audiovisual paraibano não é instituído, formalizado ou possui uma composição hierárquica definida. Podemos considerá-lo com um conjunto de entidades e ações que visam os interesses do audiovisual paraibano e suas relações com a sociedade.

Sua composição é plural e multifacetada, tendo como seus participantes entidades classistas como a Associação Brasileira de Documentaristas, seção Paraíba (ABD-PB), independentes (Cineclubes, movimento pelo cine São José, Moinho de Cinema da Paraíba, Fundação Acauã, etc.), órgãos e instituições governamentais (UFPB, UFCG, UEPB, Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba, Fundação Cultural de João Pessoa-Funjope dentre outros). Tais entidades operam na discussão com a sociedade e com as esferas pública e privada, em busca de espaços de interesse profissional ou relativo à função social e de cidadania do audiovisual, investindo nos campos do fomento à produção, formação qualificada, distribuição, exibição e circulação de materiais audiovisual e promoção de festivais de acesso à população. É visível que neste contexto ocorrem processos de disputa da hegemonia interna ou infrapolítica, como definiria Scott (apud MORAES, 2008).

A ABD-PB (Associação Brasileira de Documentaristas – seção Paraíba) é uma entidade de classe sediada em João Pessoa, capital do estado da Paraíba e tem como seu principal objetivo apoiar a realização e produção audiovisual em vários suportes, principalmente ao curta-metragem. Atualmente, a ABD-PB tem sede própria, onde realiza palestras, cursos, mostras e oficinas e abriga um dos pontos de cultura do Programa Cultura Viva (MinC), a URBE Audiovisual (ABD-PB, 2012). Em sua atuação midiática se utiliza

de um website e do microblog *twitter* para divulgar informações relativas ao audiovisual paraibano, nacional e internacional, acerca de editais, programação de exibição, convocatórias, divulgação da produção independente local, além de emitir opiniões sobre as políticas públicas do audiovisual, nas esferas local e nacional.

O Moinho de Cinema da Paraíba é uma organização não-governamental, sediada em Campina Grande, no agreste paraibano composta por 13 membros, que tem por objetivo o fomento, apoio, disseminação e distribuição da produção videográfica/cinematográfica da Paraíba. O Moinho utiliza o *twitter* para transmitir informações, compartilhar conteúdo relativo à comunidade do audiovisual, bem como fazer chamadas e comunicados de atos e eventos de mobilização relativos a demandas de necessidade dos movimentos em geral.

Dentre os principais cineclubes podemos elencar o Tintin Cineclubes, em João Pessoa; Mário Peixoto, em Campina Grande; e Walter Carvalho, em Sousa. Na Paraíba atualmente existem sete festivais de cinema, que foram criados ou estimulados a partir de articulações do movimento em parceria com universidades ou fundações, que acabou por criar um calendário anual intenso de festivais. Os festivais que são realizados anualmente são: Fest Aruanda (João Pessoa), Comunicurtas (Campina Grande), Cinema com Farinha (Patos), CineCongo (Congo), Curta Coremas (Coremas), CurtaCuité (Cuité), Festival de Mini Mídias (Alagoa Grande).

Os cineclubes e festivais também se utilizam do *twitter* para fazer divulgação das suas programações e criar uma aproximação com o seu público. Também fazem uso da rede social *facebook* para divulgar suas atividades, fazer convocatórias de seletivas para compor sua grade de programação por meio das chamadas *fanpages* e grupos de discussão. Também é nessa rede social onde se estabelecem os principais contatos internos entre estas organizações e outros entusiastas do audiovisual.

Sabe-se que o movimento do audiovisual paraibano através das entidades que a compõem utilizam tecnologias de informação e comunicação desde agosto de 2003, na ocasião foi instaurada a lista de discussão da ABD-PB. Esta tem por objetivo promover troca de informações, debates e deliberação de estratégias de ação da classe reivindicando demandas e políticas de estímulo a produção, circulação e formação no campo do cinema e vídeo. A lista agrega seus sócios, entidades parceiras de caráter independente e pública, criando uma rede de diálogo que dera vazão, de maneira direta e indireta, ao crescimento tanto das produções, quanto a formações de plantel na área técnica e o aumento de espaços para exibições.

É perceptível que o uso da lista aproximou os realizadores do estado como um todo, que antes se viam isolados pela distância entre as cidades ou pouco comunicativos internamente. A partir de trocas mais intensas e regulares, fomentaram a criação de festivais que contemplam todas as mesorregiões da Paraíba, bem como ajudou de maneira indireta a expandir a produção no âmbito estadual, através dos seus cursos em que as chamadas eram de divulgação virtual.

Com os anos, emergiu o uso de outros dispositivos como *twitter*, além de somar-se a iniciativa da ABD-PB outras entidades, como coletivos e cineclubes, entraram na rede, o que fortaleceu e distribuiu bem as frentes de ação do movimento. Buscando uma dinamização e uma interação menos formal com a sociedade, as entidades recorreram à criação de *fanpages* na rede social Facebook, bem como a criação de grupos de discussão<sup>8</sup> que podem ser considerados comunidades virtuais de diálogo e interação entre seus participantes.

### **Considerações finais**

Diante do exposto, ressaltamos a importância que o desenvolvimento desta pesquisa terá para o movimento do audiovisual paraibano, avaliando suas estratégias e auxiliando no processo autocrítico das entidades. Por ser membro de uma das entidades e parte integrante do movimento, entendemos o caráter crítico da pesquisa como fator positivo para melhorar o norteamento das discussões.

Atualmente a pesquisa se encontra em fase de levantamento bibliográfico, que definirá os conceitos de contra-hegemonia, apropriação e uso, mídia independente, permitindo um direcionamento coerente do objeto em questão, auxiliando na criação de um percurso metodológico a ser seguido no intuito de obter um resultado satisfatório.

Reconhecemos o potencial democrático da internet e de seus dispositivos midiáticos e suas potencialidades no que tange a propagação da cidadania cultural através de uma mídia independente, alternativa e contra-hegemônica. Mas esse potencial não é garantido de antemão. Dito isto, é necessária a ressalva de que tentaremos evitar qualquer pré-noção “apocalíptica” ou “integrada” em relação ao desenvolvimento da mídia e principalmente em relação aos sites/ambientes digitais especificamente estudados. Isto, não por pretensões de

---

<sup>8</sup> Como, por exemplo, o grupo A Paraíba precisa Ser Assistida/ Movimento pelo Cinema Paraibano, com 510 membros, e foi criada para articular o debate entre o movimento e o governo estadual na liberação de mais verbas públicas para o setor.

neutralidade ou imparcialidade, mas porque tal prudência é necessária no estudo de um tema tão relevante, polêmico e heterogêneo.

## REFERÊNCIAS

BURGOS, Raúl. **Da Democratização Política à Radicalização da Democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais**. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DOWNING, John D. H. **Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais**. In: Matrizes, Vol. 3, No 2 - Perspectivas autorais nos estudos de comunicação vi. São Paulo: USP, 2010.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: FESTA, R.; LINS DA SILVA, C. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GARCIA, José Luís. **Sobre as Origens da Crítica da tecnologia na teoria social: Georg Simmel e a autonomia da tecnologia**. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 5, n.3, p.287-336, 2007.

LACERDA, Juciano S. **Apontamentos sobre usos e apropriações em telecentros e lan houses comunitários: perspectivas de uma possível cidadania cultural**. In: XI Congreso de ALAIC: La Investigación en Comunicación en América Latina- Interdisciplina, Pensamiento Crítico Y Compromiso Social. Montevideo : UDELAR/ALAIC, 2012. v. 1. p. 1-14. Disponível em: <[http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt8\\_desousa\\_juciano.docx\\_\\_0.pdf](http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/gt8_desousa_juciano.docx__0.pdf)> Acessado em 10 de junho de 2012.

LACERDA, Juciano S.; MAZIVIERO, Helena. **Pesquisa da pesquisa sobre usos e apropriações das TIC's: um balanço aquém das expectativas**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: **Quem tem medo da pesquisa empírica**. São Paulo: Intercom/Adaltech, 2011. v.1. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2376-1.pdf>> Acessado em 30 de maio de 2012

LACERDA, Juciano S. **“Mentiras sinceras me interessam”:** A construção de representações, identidades e vínculos sociais na comunicação mediada pelo computador. BOCC - Biblioteca On line de Ciências da Comunicação, Universidade da Beira Interior, 2001, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=743>> Acessado em 10 de junho de 2012.

LACERDA, Juciano S. El proceso de digitalización y la Sociedad de la Información. In: PEREIRA VALAREZO, A.; MALDONADO, A. E. (Org.). **La investigación de comunicación en América Latina**. 1 ed. Quito-Ecuador: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010, v. , p. 147-168.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MORAES, Dênis de. **Comunicação Alternativa em Rede e Difusão Contra-hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

PAIVA, Raquel. **Contra-Mídia-Hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo G. **Comunicação e Contra Hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

PASQUALI, A. **Um breve glossário descritivo sobre comunicação e informação**. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Cibercultur@**: Aproximação à Proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicacion Popular, Comunitaria y Ciudadania”, X *Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación*, realizado na Universidad Javeriana, Bogotá, Colômbia, 22 a 25 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3359-1.pdf>> Acessado em 20 de outubro de 2011.

RAMOS, Murilo César. **Comunicação, Direitos Sociais e Políticas Públicas**. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SFEZ, Lucien. “As tecnologias do espírito”. In: Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (org.). **Para navegar no Século XXI – tecnologias do imaginário e cibercultura**. 2ª ed., Porto Alegre: Sulina, 1999.

WOLTON, Dominique. **internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2007.